Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

EAV/EC/JSM 1186/17

FUNDAÇÃO DE APOIO AO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - FACPC
Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdobrazil.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - FACPC São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - FACPC. ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - FACPC. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundaçãp a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/0-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos Contador CRC 1 SP 166001/0-3

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

ATIVO	Nota explicativa	2016	2015	PASSIVO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.631.351	2.309.536	Obrigações fiscais	7	2.945	31.599
Outros créditos		109	13.802	Contribuição ao IFRS Foundation	6	416.210	586.820
		1.631.460	2.323.338	Outras Obrigações		2.022	4.357
NÃO CIRCULANTE				Provisões trabalhistas		3.720	23.357
				Adiantamentos diversos		9.294	-
Imobilizado e Intangível	5	12.758	18.716		-	434.191	646.133
Ü		12.758	18.716	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
				Patrimônio social		240.000	240.000
				Superávit acumulado		970.027	1.455.921
					-	1.210.027	1.695.921
TOTAL DO ATIVO		1.644.218	2.342.054	TOTAL DO PASSIVO	- =	1.644.218	2.342.054

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015
RECEITAS DAS ATIVIDADES			
Contribuições	9	494.917	1.118.984
Patrocínios		383.269	253.769
Financeira		155.180	245.323
Convênio com o BNDES		100.000	100.000
Prestação de serviço (Líquida)		108.219	122.168
Trabalho voluntário	10	213.814	118.726
	_	1.455.399	1.958.970
DESPESAS DAS ATIVIDADES			
Contribuições Institucionais	11	1.105.700	1.716.622
Serviços Profissionais Pessoa Jurídica		248.333	130.554
Gastos Gerais		184.976	211.381
Gastos com Pessoal		106.707	178.711
Trabalho voluntário		213.814	118.726
Encargos Sociais		55.452	64.073
Outras despesas		26.311	37.378
	_	1.941.293	2.457.445
DEFICIT DO EXERCICIO	_	(485.894)	(498.475)
	_		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	240.000	1.954.396	2.194.396
Superávit do período	-	(498.475)	(498.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	240.000	1.455.921	1.695.921
Deficit do exercicio	-	(485.894)	(485.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	240.000	970.027	1.210.027

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Déficit do período	(485.894)	(498.475)
(+) Depreciação / Amortização	5.736	6.448
Valor residual do imobilizado baixado	223	
Déficit ajustado	(479.935)	(492.027)
(Aumento)/diminuição dos ativos		
Outros créditos	13.693	(13.302)
Aumento/(diminuição) dos passivos		
Obrigações fiscais	(28.655)	(6.907)
Provisões trabalhistas	(19.637)	12.871
Contribuição ao IFRS Foundation	(170.610)	171.830
Outras Obrigações	(2.335)	(1.923)
Adiantamentos diversos	9.294	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(678.185)	(329.458)
Decréscimo no caixa e nos equivalentes de caixa	(678.185)	(329.458)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2015 e 2014	2.309.536	2.638.994
Saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2016 e 2015	1.631.351	2.309.536
Decréscimo no caixa e nos equivalentes de caixa	(678.185)	(329.458)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), constituída em 10 de dezembro de 2010, localizada na Capital do Estado de São Paulo, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

O objetivo da FACPC é assistir, promover, apoiar, incentivar e desenvolver ações científicas, tecnológicas, educacionais, culturais e sociais que visem o desenvolvimento das ciências contábeis, precipuamente por meio do apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo as disposições das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade que se referem a "Entidades sem Finalidades de Lucros" e "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Por ser entidade sem fins lucrativos e atender aos requisitos da legislação, a FACPC não está sujeita à incidência de impostos sobre o Superávit apurado.

A FACPC efetuou levantamento dos trabalhos voluntários realizados pelos membros da Diretoria e Conselhos de Curadores, de Vogais e Fiscal. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores e Conselheiros (respectivamente despesa e receita), no mesmo montante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A entidade possui instrumentos financeiros substancialmente relacionados a caixa e equivalentes de caixa. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança necessários às suas atividades. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações são condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua administração.

A entidade não efetua operações de caráter especulativo, com instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos ou passivos considerados de risco, nem transações envolvendo instrumentos financeiros especulativos.

Não houve ativos financeiros avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") na data do balanço.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez (nota 4), substancialmente, aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Renda Fixa em banco federal, cujo risco é considerado o mesmo que do Governo Federal. Tais aplicações são remuneradas por taxa de juros do mercado interbancário e têm liquidez diária. São avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

(d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição ou valor de doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada usando o método linear. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, estimada em cinco anos.

(e) Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(f) Apuração do superávit (déficit)

Adota-se o regime de competência mensal para a contabilização das despesas e das receitas do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

			2016	2015
Caixa e bancos			233	1.255
Caixa			233	1.255
Aplicações finan	ceiras Tipo de aplicação	Taxa de juros	2016	2015
Banco do Brasil Banco do Brasil Banco do Brasil	CDB Automática Automática	95,00% CDI	716.389 520.500 394.229 1.631.118	1.181.144 688.616 438.520 2.308.280
Total de caixa e ed	quivalente de caixa	_	1.631.351	2.309.535

As aplicações em CDB são consideradas como equivalentes de caixa por terem liquidez imediata e os riscos de liquidez e mudança de valor justo serem mínimos.

5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa de			Valor re	esidual
	depreciação anual	Custo	Depreciação	2016	2015
				2010	2010
Móveis e utensílios	10%	24.171	(12.279)	11.892	14.310
Computadores e periféricos	20%	12.421	(11.555)	866	3.349
Licença software	20%	4.306	(4.306)		1.057
		40.898	(28.140)	12.758	18.716

Movimentação do imobilizado

	2015	Aquisições	Baixas	Transferência	2016
Móveis e utensílios	24.171				24.171
Comp. e periféricos	12.954	-	(533)	-	12.421
Licença software	5.694	-	(1.387)	-	4.307
	42.819	_	(1.920)	-	40.899
Depreciação acumulada	(24.103)	(5.736)	1.698		(28.141)
	18.716	(5.736)	(222)		12.758

6. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM O BNDES

O convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a FACPC e o BNDES, com a IFRS Foundation como anuente, tem por objeto fortalecer os sistemas e normas contábeis internacionais adotados no Brasil e prazo de duração de 4 anos, a partir de Out/2014. Pelos termos do convênio parte dos recursos é destinada à operação da FACPC (R\$ 100 mil) e parte destinada à contribuição com a IFRS Foundation (equivalente a £ 100 mil na data do recebimento).

O saldo reconhecido no passivo da FACPC em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 416 mil (2015 – R\$ 587 mil) representam os recursos recebidos nos últimos dias do exercício a serem repassados à IFRS Foundation, que foram liquidados em fevereiro do ano subsequente. A parcela destinada à FACPC foi reconhecida como receita.

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS

2016	2015
1.195	15.364
42	12.359
1.708	3.875
2.945	31.599
	42 1.708

O agrupamento outros, refere-se basicamente a encargos sociais, impostos e contribuições a recolher (FGTS, ISS e COFINS).

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social, o superávit acumulado, assim como pelas doações de bens recebidos, desde a data de sua constituição.

No caso de dissolução da FACPC, o patrimônio social será destinado a uma ou mais entidades congêneres situadas no Brasil, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria.

9. CONTRIBUIÇÕES

Composta por contribuições de empresas e entidades que possuem interesse na continuidade das atividades da FACPC.

As contribuições totalizaram R\$ 495 mil em 2016 e R\$ 619 mil em 2015 (excluídos os recursos oriundos de termos de compromisso junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM).

10. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

A FACPC utilizou como parâmetro para determinação dos valores de receita e despesa com trabalho voluntário, constituídos pelas reuniões de diretoria executiva e conselhos, a "Pesquisa de Remuneração dos Administradores" elaborada pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, publicada em 2015 sua mais recente edição. Os valores foram atualizados pela inflação.

11. CONTRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

A contribuição Institucional a que, substancialmente, se refere este item pauta-se na parceria firmada entre o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e o IASB (International Acounting Standards Board), celebrada por meio do Memorando de Entendimentos, no qual as Partes mantém relação de cooperação mútua visando garantir o processo de convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e uma maior participação do Brasil no processo de normatização contábil internacional.

* * *